
Política



1 9 2 9

Ano I

N.º 7

SECRETARIO DE REDACÇÃO — *Antonio do Amaral Pyrrant* (F. D. U. L.)

ADMINISTRADOR — *H. de Mendonça Dias* (F. D. U. L.)

EDITOR — *Fialho Barreto* (E. S. M. V.)

PROPRIEDADE—SOCIÉDADE NACIONAL EDITORA, LTD.^a (Em organização)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.º

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Ingleza, L.^{da} — Rua Eugénio dos Santos, 118 — LISBOA

SUMARIO

a Consciencia Regional	<i>Hipólito Raposo</i>
o Integralismo Lusitano	<i>F. da Cunha Leão</i>
à margem dum Centenário	<i>Antonio Mendonça-Dias</i>
“Non Prevalebunt	<i>Ruy d'Almargem</i>
à margem dum Livro	<i>L. Ramos Ascensão</i>
ao ritmo da Ampulbeta	

ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e Ilhas	10\$00
Provincias Ultramarinas	15\$00
Estrangeiro	20\$00

Numero avulso 1\$50

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

Política

REVISTA QUINZENAL

ORGÃO DA JUNTA ESCOLAR DE LISBOA DO INTEGRALISMO LUSITANO

Director — A. de Mendonça-Dias (F. S. U. L.)

Lisboa, 30 de Setembro de 1929

a Consciencia Regional

DESDE que, há tres anos, foi dispensada a expressão tumultuária do parlamento, não cessaram os bons democratas de chorar sobre essa amputação que atingiu, de facto, o mais gangrenado dos *tres poderes* do Estado. Suprimido o ponto de convergência das atenções gerais, deslocado para o govêrno o centro da vida politico-administrativa, parece que a Nação voltou a encontrar-se a si mesma e as corporações locais e regionais, livres de tutela absorvente, compreenderam que deviam tornar-se senhoras dos seus destinos, provendo ás necessidades e promovendo os interesses colectivos. Renasceu a iniciativa, porque contra ela não se levantam a opposição e desvirtuação sistemáticas; sente-se que a vida local vai despertando à voz do bem comum, o que difere da actividade em beneficio de um partido contra os homens de outro. Esta curta experiência de Ditadura, embora incompleta e imperfeita, contraprova a certeza de que, *praticamente*, em regimen constitucional toda a vida da Nação paraliza ou se comprime na escuridão a uma assembleia de ambiciosos, de irresponsaveis e de ignorantes, na sua maior parte.

Quanto mais *constitucional* tem sido o Estado mais anarquizada se tem mostrado a Nação. Procurou-se impôr-lhe uma construção abstrata que repugna á realidade historica, politica e social do Povo Português; em vez do Estado, expressão juridica da Nação decretou-se o Estado-conformador da Nação, traduzindo-se nesta inversão de termos toda a violencia e todo o absurdo de cem anos de desordem administrativa e de luta civil. O sintoma mais seguro de que a Nação Portuguesa quer viver e tomar a direcção dos seus destinos, não o vejo eu na melhoria e alargamento da viação, nas reparações de edificios, na construção dos coretos: surpreendo-o na alegria do trabalho novo, no entusiasmo com que se restabelecem usos, se reerguem pelourinhos, se generaliza o posto das artes e industrias populares, no amor, enfim, com que se exaltam as peque nas pátrias da montanha, do mar e da terra etc.

POLITICA

Até aqui, por muitos que sejam os reparos e reservas a fazer á complexa acção da Ditadura, é certeza adquirida para juízos de boa fé que ela sobreleva em resultados de interesse colectivo a oratória politica de muitos anos de parlamento.

Aceitando como boas estas conclusões, não se renuncia a afirmar, mais uma vez e sempre, que não seja util e necessária a representação nacional. Ninguém se nega, mormente nós que da natureza limitada da Monarquia fazemos um artigo primacial da nossa aspiração politica, preconizando a representação natural, organica, nacional, e não a fictica, dissolvente ou partidária, quere dizer, anti-nacional. Normalmente consultiva, por excepção deliberativa, para que seja possivel uma acção de governo com a maior efficácia na virtude da continuidade; uma camara nacional de cooperação e não de competição; uma expressão de harmonia de interesses e não uma feira de vaidades e ambições, um foco inextinguível de discordias; uma selecção de valores intellectuais e morais e não um rebanho de aventureiros já vendidos ou a vender aos plutocratas internos e internacionais.

Mas não foi só nas actividades locais, na capacidade do trabalho que a vitalidade nacional se denunciou; ela tornou-se ainda mais patente na prova, na dura prova dos sacrificios aceites, e suportados com uma confiança heroica, roubando-se á boca e ao bem-estar dos filhos em cada lar as migalhas que hão-de reconstituir o tesouro que os maus politicos desbarataram, pagando a penúria, de hoje as opulencias e prodigalidades de hontem...

E benditos serão os fados, se desta sujeição voluntária á pobreza e á miseria, Portugal-Lázaro se levantar das pedras da rua aonde lhe tem vindo a cuspir diplomatas sem educação e a judiaria dos financeiros sem escrúpulos.

Pode o futuro trazer o que quizerem, o próprio dilúvio democrático de sangue e de lama, que já alguma vantagem adveio desta experiência: a convicção de que, em qualquer tempo, com a mesma terra e a mesma gente, é possível fazer o milagre que um estrangeiro illustre cá veio encontrar há pouco na alternativa do crime que ele supunha ver traduzida nas medidas financeiras da Ditadura.

*

Ainda há poucas semanas, assistindo ao VI Congresso das Beiras, pude observar e avaliar a coesão admiravel de um grande grupo de concelhos que mandaram á exposição os seus mostruários, ostentando orgulhosamente, como se fôsem simbolos heráldicos, os produtos do seu trabalho, desde os teares primeados aos lanifícios mais perfeitos, a industria domestica de Vila de Rei, ao lado da perfeição fabril da Covilhã. Vi gente do povo, aos milhares, admirada e contente, diante da glorificação que ali era feita ao trabalho mais humilde e obscuro,

ensinando-a a melhor conhecer e amar os artefactos do seu uso, muitas vezes obra das suas mãos; e todos esses artífices compreenderam e sentiram, através daquela demonstração concreta, a solidariedade criadora dos seus esforços.

Por último, não quero esquecer este exemplo persuasivo: vi homens das mais opostas concepções politicas unirem as suas vontades e inteligencias no estudo dos problemas daquelas terras e daquelas gentes beiroas. Todo este milagre foi possível, porque estava suspensa a chamada *actividade politica*: mortos, ao menos interinamente, os partidos constitucionais, avultavam á vista de todos, as realidades permanentes da Terra e do Trabalho. Aqueles que o Partidarismo separava, a Terra maternal os unia, tornando ali bem evidente que as ficções impossibilitam a unidade moral, civica e politica da Nação.

Não combatamos os partidos, só porque eles são perdulários ou fautores de corrupção: odiemo-los como formações activas de discordia, como reus de guerra civil. Em face deles, e em defesa (!) deles, nenhum valor pode ter o velho e especioso argumento de que a autonomia provincial e regional perturba ou afecta a unidade nacional.

A Provincia, a Região, o Municipio, a Freguesia, por mais alto que se elevem e por maior prosperidade que alcancem, nunca podem dissociar-se, jamais dispõem do todo nacional, somam-se sempre no corpo e na alma da Nação, como expressões da variedade na unidade; ao contrário, os partidos politicos, agregados inorgânicos, são o somatorio das ambições individuais dos adeptos, e, pela maioria parlamentar, dispõem dos destinos colectivos a beneficio próprio, sem sanção nem responsabilidade alguma. No plano restaurador de Portugal, a autonomia do Municipio é a morte do influente, o desenvolvimento colectivo da Região aniquila o cacique, a instauração da Provincia suprime o deputado, e o bem público exige que para sempre se dissolvam os Partidos Politicos e os seus chefes, na mesma poeira de inutilidade. Lutar por tal designio é o primeiro dever da nossa cruzada; alcança-lo será ganhar em realização o triunfo já definitivo da nossa vitória em pensamento.

Hipólito Raposo

Réunissez les hommes en une foule, faites-les sentir, penser, parler ensemble, dans un grand spectacle ou dans une réunion publique: il est bien rare que de ces impressions ou de ces efforts collectifs il sorte une idée originale, un sentiment supérieur. La mise en commun des facultés humaines aboutit trop souvent à ce qu'elles soient abaissées. Il se fait, entre les meilleurs et les pires, un rapide nivellement. Ce qui résulte de la vie solitaire des multitudes ce sont les résolutions ou les œuvres moyennes, les copies, les plagiats, les redites, toutes les formes de la médiocrité.

CAMILLE JULLIAN

o Integralismo Lusitano

ideia do nacionalismo português

No campo desordenado da sociedade portuguesa contemporânea o Integralismo foi qualquer coisa de nacionalmente lógico, de completo, de consciente.

Concretização máxima das aspirações nacionais nele ganharam ordem, coordenação e unidade.

No meio da desorganização geral que a democracia creara nem ao menos existia um escol conscientemente nacionalista que servisse de penhor e garantia à nossa maneira de ser de povo secularmente livre.

Durante 100 anos soprara como rajada peçonhenta o liberalismo valorizando no máximo os nossos defeitos latinos. E a Monarquia foi destruída por este régimen estruturalmente anti-nacional.

Caiu a Monarquia não por falta de *peoas dizendo-se monarchicas* nem dum grande *sentimento monarchico* nas provincias.

Caiu vazia de espirito, óca de ideas como cúpula a que lentamente falhasse o edificio que a sustinha.

De que valia ser monarchico o solo, se as paredes do edificio governative progressivamente lhe falhavam à míngua de virtudes nacionais e de virtudes monarchicas?

Como é que a engrenagem do Estado podia deixar de cumprir a sua conclusão mecânica: a Republica?

Por isso a Monarquia era um fecho desarmónico no edificio a que a *Carta* servia de pedra angular.

Filha da Revolução Franceza era justo que um barrete frígio e não uma coroa occupasse o vértice da hierarquia governativa.

Assim a República não passou de um fructo naturalissimo daquela árvore enxertada em Portugal por um rei americano a quem o nosso espirito era por assim dizer desconhecido segundo o próprio Oliveira Martins; enxertada a arvore exótica por um rei ilegítimo monarchicos nominais se encarregaram de a fazer vingar.

E veio a manhã tumultuosa de 5 de Outubro de 1910...

Os erros liberaes agravaram-se e a nação dos partidos, a nação anti-naturalmente dividida em correntes de opinião acabou, de aniquilar com bárbara sanha o que existia ainda de organico, de celular, de vivo no corpo doente da Pátria.

A Religião Católica que faz parte integrante do espirito português recebeu acometidas selváticas, Enfraqueceram e desorganizaram a Família. Divulgaram um simulacro de moral cujos pessimos resultados todos nós conhecemos.

Acentuou-se o Capitalismo duma forma irrefreavel a par duma in-

dustria 100 annos atrazada, duma agricultura descurada e do operariado criminosamente desprotegido.

O regionalismo perdeu a consciencia instabilizado no balancé da politiquice que dividia a Nação, os Municipios, as Paroquias e até as Familias. As ruinas que a Democracia causara eram evidentes. Todos os bons portuguezes as sentiam mas quasi ninguem na confusão geral das ideas atinava claramente com as causas e com os remédios. O nacionalismo dos varios nacionalistas não passava geralmente dum sentimento sem aquelas bases inabalavelmente lógica, e positivas que os integralistas lhe deram. Havia aspirações regionais e colectivas embora calcadas pela tirania dos partidos. Havia classes descontentes, tradicionalistas de sentimento, messianismos vagos a par dum desconhecimento lamentavel das nossas instituições historicas no meio da desorientação profusamente espalhada por críticos e scépticos.

*

O Integralismo veio dar corpo a todas as aspirações da alma nacional; integrar as ansias sub-conscientes da Raça; veio racionalizar o sentimento monarchico; mostrar o valor vivo da tradição como arvore, que sóbe de remotos interscécios esbracejando atravez de tempo e do espaço para florir e frutificar eternamente, todas as Primaveras com nova beleza, numa continuidade natural e harmoniosa.

A questão social que sacode as grandes nações industriais tem a sua satisfação equilibrada na doutrina integralista dentro dum estado justo e cristão. Regiões e classes nêle encontram representação e, robustecidas pelo cooperativismo formam organismos activos coordenados pela realza na mesma finalidade una do bem e harmonia nacional.

E' o nacionalismo integral em que tudo se conjuga de forma que pela sua diversidade aproveite à unidade dando esta àquela por sua vez o seu cimento coordenador e bemfazejo.

Desta forma a Nação constitui um corpo vivo cuja acção é a resultante perfeita das funções particulares dos seus orgãos que se complementam harmoniosamente de modo a sem esforços concorrerem todos unidos numa finalidade comum que a todos simultaneamente aproveite.

Sistema *orgânico* e portanto natural, *cristão* e portanto justo na situação das classes e na inter-limitação dos poderes *monarchico* e por isso continuo, estavel e coordenador *tradicionalista* e portanto naturalmente renovavel o integralismo pesquisou na historia e no sentimento portuguez aquilo que era genuinamente nosso e proprio ao nosso modo de ser fundindo-o num corpo uno, da máxima pureza, da maxima harmonia, de autêntica estrutura lusitana.

Muitos portuguezes, contudo, ainda não tiveram o arrojo de concluir francamente, de admitir a inter-relação dos principios que correlativos se exigem mutuamente.

UMA IDEIA INFELIZ

à margem dum Centenário

Na vila da Praia da Victoria comemorou-se a 10 de Agosto próximo passado o 1.º centenário da batalha travada entre as forças navais de el-rei D. Miguel I e as do liberalismo.

Comemorar uma batalha ferida entre irmãos, lembrar festivamente o que nos divide, é falta de patriotismo e de intelligencia. Contra a comemoração protestamos: a batalha da Praia da Vitória marca, quanto a nós, apenas uma étape da desnacionalização e decadência de Portugal.

E' pois a mãos ambas que applaudimos o intelligente protesto que transcrevemos do Autônomico brilhante semanário que se publica em Vila Franca do Campo. Ao nosso querido director que o firma, um abraço pela sua nobre attitude.

N. R.

AINDA não vão longe as comemorações festivas do centenário da batalha da Praia e ainda se ouve, embora mal distincto, a diluir-se na curva do esquecimento, o alvoroço quasi unânime com que a imprensa açoriana, com trabalho e com método, em successivos artigos, quiz reavivar na memoria do povo, uma victoria que o povo nunca comprehendeu, que foi ganha contra a *grei* portugueza cristã e tradicional, victoria de ideias extranhas para beneficio dinástico dum rei estrangeiro.

Comemorar festivamente altos feitos do Portugal cristão e nobilissimo, empresas allevantadas de boa linha portugueza, daquela velha linha tradicional interrompida ha um século, embora conservada com nobreza e com aprumo pela melhor parte de Portugal, velhas e boas familias portuguezas, recolhidas nos seus solares isolados, com a sua crença e as suas tradições, é de facto dever, de que se não pode nobremente escusar quem quer que seja, dever de todos nós portuguezes modernos, filhos e netos dos portuguezes antigos.

Comemorar as nossas victorias é quererms ser portuguezes, reavivar na intelligencia da nossa *grei* a memoria das suas boas empresas é de bom costume, são e construtivo, lembrar glórias, edifica e nobilita, mas victorias só portuguezas, empresas só dos nossos soldados e dos nossos marinheiros, victorias só ganhas por nós e nunca contra nós, por nós e só por nós sem apoios extranhos, que esses aviltam, desnobilitam e tudo desmerecem.

Que possue de construtivo, comemorar uma batalha travada entre portuguezes, numa luta interna que repugna e que enoja, por quanto teve de contrario á Igreja e á Nação, pervertendo e destruindo todo o

E aceitam parte das idéas nacionais renuuciando a outras.

De modo que na Contra Revolução portugueza pululam nacionalismos incompletos de maior ou menos gradação segundo os individualismos mais variados.

Dos fracos não reza a Historia e as soluções intermediarios nunca passaram de paleativos de efficácia medíocre sem espirito nem beleza decididas.

Maxima expressão, limite do nacionalismo. Idea do nacionalismo (de que todos os outros nacionalismos não passam de participantes, de *nacionalismos coxos*) merece pois o apoio de todos os portuguezes integros e ousadamente patriotas crentes ainda no *reaportuguesamento* de Portugal e portanto na solução nacional da crise política que, durante um século abalou a querida e gloriosa terra que nos serviu de berço.

Francisco da Cunha Leão

«La maladie de la politique... Si l'on se représente tout un peuple s'occupant de politique, et depuis le premier jusqu'au dernier, depuis le plus éclairé jusqu'au plus ignorant, depuis le plus intéressé au maintien de l'état de choses actuel jusqu'au plus intéressé à son renversement, possédé de la manie de discuter les affaires publiques et de mettre la main au gouvernement; si l'on observe les effets que cette maladie produit dans l'existence de milliers d'êtres humains; si l'on calcule le trouble qu'elle apporte dans chaque vie, les idées fausses qu'elle met dans une foule d'esprits, les sentiments pervers et les passions haineuses qu'elle met dans une foule d'âmes; si l'on compte le temps enlevé au travail, les discussions, les pertes de force, la ruine des amitiés ou la création d'amitiés factices et d'affections qui ne sont que haineuses, les délations, la destruction de la loyauté, de la sécurité, de la politesse même, l'introduction du mauvais goût dans le style, dans l'art, la division irrémédiable de la société, la défiance, l'indiscipline, l'énervement et la faiblesse d'un peuple, les défaites qui en sont l'inévitable conséquence, la disparition du vrai patriotisme et même du vrai courage, les fautes qu'il faut que chaque parti commette tour à tour à mesure qu'il arrive au pouvoir dans des conditions toujours les mêmes, les désastres et le prix dont il faut les payer; si l'on calcule tout cela, on ne peut manquer de dire que cette sorte de maladie est la plus funeste et la plus dangereuse épidémie qui puisse s'abattre sur un peuple, qu'il n'y en a pas qui porte de plus cruelles atteintes à la vie privée et à la vie publique, à l'existence matérielle et à l'existence morale, à la conscience et à l'intelligence, et qu'en un mot il n'y eut jamais de despotisme au monde qui pond pût faire autant de mal.»

FUSTEL DE COULANGES

Aos nossos prezados leitores

Temos a comunicar que por erro de paginação saíram trocadas as pags. 6 e 7 do que pedimos desculpa.

Portugal antigo e cristão? O que representa digno de exemplo e para relembrar todo esse conjunto de lutas que dividiram o velho Portugal *uno* em duas parcelas, uma batendo-se pelo Altar e pelo Trono, a outra com as suas armas contra a Igreja e aparentemente só contra a Igreja, porque era cedo ainda para destruir o velho regime de oito séculos que deslocado logo da sua verdadeira directriz, mais tarde só bastou mudar de nome para se extinguir?

Dessas lutas ficou-nos a carta e herdamos o parlamento e começou a derrocada, o desprezo pela hierarquia, as revoltas; e, passado um século da longa e penosa experiência, transformada a representação do povo em meios de guindar, de subir, de trepar, de expoliar, tornadas as sessões da camara em batiques modernos, fazendo de São Bento a *loia* onde lentamente se ia preparando com um saber perverso a ruína social e economica de Portugal, uma nova revolta se deu, sem luta, vinda do norte bem preparada, com razão e com justiça e o parlamento fechou-se; alguns deputados verteram lagrimas pelos *principios*, lagrimas falsas por um negocio que acabava, mas as portas do parlamento foram fechadas e estão fechadas. Os *principios*, aqueles principios herdados das lutas que dividiram Portugal em duas partes, ficaram a dentro das portas fechadas e gradeadas do parlamento, mas velhos problemas portugueses economicos e de proveito immediato foram resolvidos com honradez porque num dia de boa sina as espadas e as baionetas portuguesas se compenetraram do seu dever secular que parecia já esquecido no rodar de um século.

A comemoração da batalha da Praia relembra tristemente lutas entre portugueses, foi a comemoração dum movimento que nos destruiu, que nos diminuiu, porque nos dividiu e para a boa parte de Portugal os recentes festejos comemorativos são mais qualquer cousa a esquecer, para além daquilo que já esqueceu, desde os idiaes e os principios, à propria memoria dos factos.

Não a devíamos comemorar, devíamos esquece-la.

Lagoa das Furnas, Agosto de 1929.

Antonio Alcantara de Mendonça Dias

Aquêles modos com que o *Vaqueiro* vicentino — êsse grande fidalgo dos montes — penetra e fala na câmara da rainha, bastam para mostrar-nos como Portugal foi a menos feudal das terras da Europa e como era viva entre nós a grande tradição da democracia real.

As nossas ultimas liberdades perderam-se, porém, no dia em que alguns inferiores de mentalidades pervertidas nos intoxicaram de *Liberdade*.

AFONSO LOPES VIEIRA

“NON PREVALEBUNT”...

o Acordo de Latrão e o imperialismo fascista

I — AS PEÇAS DUM PEQUENINO PLEITO

No primeiro número da «Política» registou-se a assinatura do Acôrdo de Latrão, pouco antes efectuada, com um pequeno eco de que a «Seara Nova», no seu n.º 159 de 2 Maio passado, transcrevia o seguinte:

«Um significado apenas desejamos realçar devidamente:

O Acôrdo de Latrão limou certas asperezas do imperialismo fascista. Por ele a Itália integrou-se na medievã e latina República Cristiana».

A transcrição era acompanhada dum comentário, feito com desusada impertinência, e do qual transcrevemos o período essencial:

«Ponhamos de parte quaisquer comentários à medievalite destes jovens, para lhes pedir, simplesmente, que nos digam quais foram as asperezas do imperialismo fascista que o acôrdo com a Santa Sé fez desaparecer».

No n.º 3 da «Política» castigava-se devidamente, não a impertinência do pedido, mas da forma tôla em que era feito e do comentário que o acompanhava.

Para o bom juízo dos nossos leitores transcrevemos também a parte essencial do que então dissemos:

«...mas como na realidade o assunto do seu pedido, vale por si próprio, no próximo número, visto que o espaço de que dispomos hoje é bem parco, mostraremos simplesmente como nos pede... que o Acordo de Latrão limou certas asperezas do imperialismo fascista».

É possível que tivéssemos sido severos, única maneira aliás, de responder à vaidade idiota de quem, sem possuir autoridade moral, nos pretendia relegar à humilde condição de mocinhos de escola perante a fôrula do mestre. Velhos usos lá da casa... Restava pois à «Seara Nova» aguardar a satisfação do seu pedido, para então dizer de sua justiça. Com espanto nosso, três dias depois o n.º 162 da «Seara», de 23 de Maio, voltava à carga num eco que não resistimos a transcrever quasi na íntegra, tão fielmente nele se recorta o singular perfil moral do nosso antagonista:

«Demos importância demais aos rapazes da «Política» mesmo para brincar com alguém é preciso supôr-lhe algum algum merecimento, e nós julgámos, sinceramente, que os jovens integralistas de Lisboa, tinham mais inteligência e mais nobreza do que certos garotos de Coimbra. Afinal da mocidade têm, apenas, a impertinência, e como não estamos para perder tempo a educá-los, não nos referiremos mais aos que por certo não mereceram nunca tanta simpatia como nós a António Sardinha. E quando dizemos a António

POLITICA

*Sardinha, podemos dizer, sem dúvida, Hipólito Raposo e Manuel Murias que têm forçosamente **senão consideração pelo nosso talento, respeito pelo nosso carácter**.*

Estivémos para requerer um exame clínico às faculdades mentais do nosso interlocutor. Se podémos passar em claro certas incoerências, como a de ora afirmar estar brincando connosco, ora nos fornecer argumentos, que julga poderem modificar o nosso ponto de vista; se podemos limitarmo-nos a sorrir com indulgência, perante aquela referência inoportuna e descortez a rapazes de Coimbra, que aliás só podémos tomar como entendendo-se com a gente do Centro Republicano Académico; merece-nos, pelo contrário, a mais severa censura o impudor com que é invocada a memória de Sardinha, por quem não soube manter-se fiel à memória querida do Mestre.

Mas o que mais tristemente nos impressionou, em tudo isto, foi a manifesta incapacidade do nosso antagonista apreender o alcance das nossas palavras, o nervosismo histérico que o levou a opôr argumentos sôbre argumentos a um ponto de vista que ia ainda ser exposto, como menino que, tendo decurado duas regras cujo alcance lhe escapa, rejeita ser apanhado com a lição em branco.

Que aspezezas teriam sido limadas no imperialismo fascista?!

E por aí andou sem atinar, ora tateando pelos lados dos programas de ensino religioso nas escolas, ora pelos lados duma suposta concepção directriz do fascismo, perdendo-se na minúcia inútil, na impossibilidade de abranger, numa visão de conjunto, o significado geral do facto.

Porque logo de princípio nos apercebemos disto é que afirmámos: «Se... ficar elucidado então e com a consciência sossegada, melhor, se não ficar elucidado, também não se perde nada por isso».

Tínhamos compreendido a inutilidade de lhe responder directamente.

Essa inutilidade tornou-se em impossibilidade manifesta, atenta por um lado a posição perante nós assumida pelo nosso adversário, e por outro lado o procedimento da «Seara Nova», recebendo os números da «Política» que lhe eram enviados, mas *esquecendo-se* da permuta respectiva.

Aí ficam pois, senão na íntegra, pelo menos tôdas indicadas as peças do pleito.

As considerações que vão seguir-se, são o desenvolvimento do pensamento por nós expresso no pequeno eco que deu origem à questão.

Se de qualquer forma elas respondem às dúvidas da «Seara», é pela própria natureza do assunto, não porque seja intenção nossa.

E porque assim é, é que deixámos passar entre o segundo eco da «Seara» relativo ao assunto e estas linhas, o lapso de tempo decorrido.

(Continúa).

Ruy d'Almargem.

á margem dum Livro

Não é nossa intenção fazer pròpriamente um estudo critico do último livro de António Sardinha, que para tanto nos falta a competência. Limitamo nos a fazer uma síntese do que nêle se contém, acompanhada dalgumas reflexões. Essa síntese, por si, demonstrará o valor do livro.

Creemos que o melhor livro de ensaios de António Sardinha, é o «Ao princípio era o Verbo». «Na feira dos mitos» é uma colecção de artigos de jornal, que se leem com o maior interêsse e que melhor revelam o espirito brilhante e cheio de vivacidade de António Sardinha que na lufa-lufa da agitação jornalística conseguiu deixar obra para o tempo, conservando o sabor da hora de febre em que foi escrita.

«Da hera nas colunas» é um livro de ensaios, mais profundo, portanto, filiando-se directamente no «Ao princípio era o Verbo» e no «A sombra dos pórticos». O interêsse está também na variedade dos assuntos e na segurança com que Sardinha os trata, não com o ar enfatuado de certos eruditos, mas comunicando-lhes a própria alma e arrastando o leitor pelo dom de entusiasmo que punha nas suas palavras. Era uma inteligência em acção, de uma *cultura* verdadeira, prometedora das mais ricas colheitas...

Vejam, pois, do que trata o último livro de António Sardinha, que examinaremos capítulo por capítulo.

A CRISE DO ESTADO

Foca se agudamente o problema da crise (que até já é reconhecida por teóricos redardatários do Direito) que atravessa o Estado moderno, filho da Revolução, com fundamento jurídico no código civil e fundamento politico na idéa dispersiva do cidadão. Fundamento social... a Revolução ignorou-o. Aquilo a que Daniel Morin chama a «revolta dos factos» deu-se — e o Estado moderno debate-se com a formação, á margem do direito feito e da sua própria estrutura jurídica, dos vários agrupamentos humanos, sindicais ou regionais. Consequências da vida moderna, como pretendem alguns? Não. O que sempre existiu e que a Revolução quis destruir, para só reconhecer o individuo. Mas as exigências da vida social foram mais fortes do que as abstracções legais dos filhos da Revolução, e hoje o Estado ou reconhece êsses agrupamentos, integrando-os na sua estrutura, ou abdica da sua função... e é a anarquia.

Esta tendência moderna e irreprimivel é a negação do Estado democrático, condenado à morte, e a sua primeira manifestação aparece na Constituição do Reich, onde se promulgam sôbre a propriedade, o direito de associação religiosa e o sindicalismo disposições que nos ensi-

POLITICA

nam que «o tempo das declarações simplistas, género Direitos de Homem, se vai distanciando cada vez mais e que à noção exclusivamente política do «indivíduo» se começa a sobrepôr a sua compreensão social.»

E' o liberalismo que cáí, e à legalidade estabelecida opõe-se a necessidade da Ditadura que seja intérprete das novas e eternas necessidades.

A doutrina de Esmein, «teólogo laico» da Democracia, cujos sofismas são enèrgicamente denunciados em «Le Romantisme juridique», de Luis Bourguès (livro que, pelo menos, os estudantes de Direito deviam conhecer), as hesitações que por vezes surgem num Posada ou num Gabriel Morin, são contrabalançadas por Duguit (cujas doutrinas, demasiado desprezadoras do indivíduo, repelimos em grande parte) que sôbre o sindicalismo afirma não ser uma simples transformação da classe operaria, — «estende-se a tôdas as classes sociais e tende a coordená-las num feixe harmónico.»

Deixemos de lado as considerações que estas palavras sugerem, respeitantes à necessidade de um coordenador pessoal, para o qual convirja êsse feixe e que personifique a unidade do Estado, cada vez mais necessária, no pluralismo das formações orgânicas.

Salientemos apenas, com António Sardinha, que tôdas estas tendências anti-democráticas, ou assentam nos princípios cristãos e tradicionais, ou condenam o indivíduo ao despotismo burocrático dum Estado novo, surgido dos escombros dum Estado em permanente contra-dição com as necessidades sociais. Como António Sardinha, distingue-se entre a sociedade e o Estado, de forma a não padecermos mais, «nem da fraqueza da autoridade central, nem da asfixiante opressão burocrática, em que as livres iniciativas criadoras morrem estranguladas à nascença.»

Seja como fôr, o que se verifica é que o individualismo morre, substituído pelo conceito superior de «solidariedade.»

NACIONALISMO GALEGO E LIRISMO PORTUGUÊS

Encostado a Menéndez Pidal e a Menéndez y Pelayo, António Sardinha destaca a profunda originalidade do lirismo galaico-português, que prova bem a personalidade dos povos desta região. Já Ribera y Tarragó, grande arabista espanhol, tinha demonstrado a anterioridade do lirismo dos moiros andaluzes sôbre o lirismo provençal, ligando-se aquele com a poesia do noroeste da Península.

O carácter popular da poesia, «um ciêrto fondo de melancolia vaga, misteriosa y soñadora», a ausência de sentido guerreiro, que tanto assinala o *Amadis*, a existência do «segrel», que não se encontra entre os provençais, o culto da mulher, — são características essenciais da poesia dos ocidentes da Península, que a distinguem profundamente da poesia castelhana ou provençal.

Todos os factos conspiram a favor desta tese da personalidade irreductível dos galaico-portugueses: é o priscilianismo, é a vida rural tão própria, que impressionou Menéndez y Pelayo e Alberto Sampaio, são as romarias, é a luta com os romanos.

Foi no norte do Douro que nasceu Portugal, ou, na expressão de António Sardinha, essa região foi a «célula fecunda donde irradiou Portugal», e assim ficam intimamente ligados os problemas das origens do nosso lirismo e da origem da nacionalidade portuguesa.

Procura então Sardinha determinar a razão por que a Galiza, no sentido actual, não seguiu o nosso rumo, embora entre ela e Castela nunca houvesse entendimento. Várias razões se apresentam: a superioridade intelectual da Galiza de Santiago de Compostela sobre o condado portucalense, as rivalidades entre a Sé de Braga e a Sé de Compostela, a afluência constante de estrangeiros ao túmulo do apóstolo e enfim toda a influência do grande bispo Gelmirez. Os destinos históricos collocam-nos neste pé: Portugal sem a Galiza, por um lado; Castela com a Galiza por outro.

E depois de mostrar mais uma vez e com poderosos argumentos as profundas razões da nossa existência de povo livre, o autor de «O Território e a Raça», não se cingindo a um patriotismo (patrioteirismo) asfixiante e sem horizontes, é em nome da própria grandeza de Portugal que de novo insiste no sentido *uno* da civilização peninsular, que tem o seu prolongamento magnífico na América do Sul e que nos dá a esperança legítima de um dia vêr-mos no Atlântico o «mare nostrum».

O que temos nós feito nêsse sentido? Ainda existe um Estado português, que pense, veja e actue? Parece que não, pois que o Brasil, a extraordinária criação de Portugal, cada vez se separa mais de nós, ao passo que a Espanha inteligentemente prossegue na sua política de aproximação com os povos americanos a que deu origem, como se viu últimamente na realização formidável da Exposição de Sevilha.

Vamos, que é tempo. Ao Estado português, ao Estado zelador inteligente dos destinos nacionais, compete êste grande papel. Mas eu bem sei o que é necessário para o cumprir bem... O leitor tem a certeza de que existem as condições necessárias para não se caminhar ao acaso, nesta vida miserável do dia a dia, em que já não se acarinha um plano de futuro, em que não se está seguro do dia de amanhã, em que o poder é disputado por todos os aventureiros e ambiciosos, porque a sua frequência assim o permite?

AS «CARTAS» DA FREIRA

Quando êste notabilíssimo estudo foi publicado na revista *Nação Portuguesa*, por sinal acompanhado dum belo soneto também de António Sardinha, foi grande a sensação causada. António Sardinha esclarecia o caso das «*Lettres Portugaises*», argumentando admiravelmente o

POLITICA

favor das seguintes conclusões: as cartas foram originariamente escritas em francês; foram escritas por um homem.

A lição extraída dos factos assim apurados era a da influência da sensibilidade lírica dos portugueses, que se documenta em estádios sucessivos no *Amadis*, na *Menina e moça* e na *Diana*, sobre a Europa, sensibilidade tão característica que levou o ignorado autor das *Cartas* a attribui-las a uma portuguesa, como mais perto de nós Elisabeth Barrett Browning deu ao seu livro de sonetos o título de «*Sonnets from the Portuguese*», cuja música, como dizia um crítico inglês, Stedman, «nos desce dum atmosfera mais alta e mais pura do que a do Cisne do Avon.»

Sardinha, neste trabalho, dá corpo e consistência ao que a intuição de Rousseau, Herculano e Camilo tinham adivinhado e depois entenderam também vários críticos franceses da «*Revue des deux mondes*» e da «*Revue critique*».

Já a difícil, senão impossível, versão das cartas para português, em que falharam lamentavelmente Filinto Elisio, o Morgado de Mateus, Pinheiro Chagas e Luciano Cordeiro, tinha levado alguns autores, como o Conde de Sabugosa, a supor que a Freira de Beja as tivesse escrito em francês. Mas esta hipótese não tem fundamento, pois a pobre franciscana não podia ter cultura para tanto, e o exame intrínseco das cartas, afasta, realmente, para muito longe a hipótese de ser ela a sua autora.

Há ainda um ponto sujeito a controvérsia, qual é o do saber se os celebrados amores com o conde de Chamilly existiram na realidade. E' o único ponto em que se pode hesitar, embora o que historicamente se sabe da freira seja só em abono das suas virtudes.

Mas desapossada da autoria de cartas tão pretenciosas e enfáticas, que a sensibilidade avariada do ultra-romantismo tanto exaltou, nem por isso a freira, como símbolo, e o lirismo português ficam diminuídos, pois «*verifica-se assim que criámos uma norma de sensibilidade que levara o século XVII francês a usar como locução proverbial sensível como uma Portuguesa.*»

Só um grande espírito como o de António Sardinha, podia escrever este ensaio e tirar dêle a magnífica lição que tirou.

AS QUATRO ONÇAS DE OIRO

E' um estudo notável em que se desfazem as opiniões preconcebidas de Oliveira Martins e Anselmo de Andrade sobre o censo que D. Afonso Henriques se obrigou a pagar à Santa Sé, no alvorecer da nossa independência. As interpretações sectárias dêste acto, contrapõe Sardinha luminosamente a única interpretação admissível para quem conheça os factos e compreenda a época.

Para melhor fundamentar a sua opinião, António Sardinha estuda as teorias políticas medievais, apreciando as relações entre a Igreja e o

Estado, e a diferença entre o velho e restritivo conceito pagão e o conceito universalista de Cristandade que permitiu a constituição duma verdadeira Sociedade das Nações e a protecção eficaz do fraco contra o forte, a garantia sólida do direito. Todos sabem que esta maravilhosa unidade se rompeu com a Reforma e desapareceu definitivamente com Westphália, criadora do chamado equilíbrio europeu que, na opinião de Comte, «ocasionou mais guerras do que evitou». Ao equilíbrio de poderes, fundado no Catolicismo Romano, como a Idade Média o concebem, cremos nós que se deve voltar. Sem êle não é possível a desejada paz internacional, nem a paz interna pode ser assegurada só pela fôrça. É preciso um poder espiritual, que vele pela justiça e pela harmonia das relações entre os povos, e que evite dentro de cada país a intromissão abusiva do «temporal» num domínio que lhe é estranho. Não se trata da teocracia, porque esta é a confusão dos dois poderes, que nunca a Igreja defendeu. Trata-se, sim, do único sistema racional que evita a selvageria pagã de se considerar a fôrça, como único juiz para derimir contendas, — sôbre o direito, sôbre a justiça, sôbre todos os princípios morais... Para quem, hesitando ainda na questão, melindrosíssima e tantas vezes dolorosa para as consciências, dos limites da jurisdição temporal e da espiritual, queria esclarecer-se, este trabalho de António Sardinha fornece-lhe elementos preciosos.

No que se refere ao tributo prestado à Santa Sé, vê-se que D. Afonso Henriques praticou um acto político tão hábil que só por si garantiu a independência definitiva da nação que se constituía, acolhendo-se à sombra protectora dum poder inerte diante do qual vergaram reis e imperadores. O censo não era mais do que o sinal de dependência que afastava para bem longe as pretensões leonesas. «Portugal, se vive, se não foi estrangulado na sua infância débil, agradeça-se a Roma e à protecção desvelada dos seus pontifices.»

(Continua)

L. Ramos Ascensão

POLITICA recomenda a todos os seus camaradas e amigos os livros :

“Dois Nacionalismos”— Hipólito Raposo.

“A Realeza de D. Miguel”— D. Miguel Sotto-Maior.

“Da Hera nas Colunas”— António Sardinha.

ao ritmo da Ampulheta

GOVERNADOR . . . QUADRILHEIRO

O «Jornal das Colónias» no seu número de 30 de Julho, que mão amiga ora me enviou, transcreve uma entrevista concedida pelo Governador do Banco de Angola à revista inglesa «The African World».

Exercendo um alto cargo de confiança da *Ditadura Nacional* e falando nessa qualidade para estrangeiros, parece que toda a circunspecção toda a nobreza, de que o sr. Cunha Leal usasse, não seria muita.

Aqui têm porém os nossos leitores algumas das certamente *sensatas* afirmações do Governador do Banco de Angola, à citada revista inglesa:

«No seu trabalho de reorganização económica e financeira do País, a República foi, diz o sr. Cunha Leal, desde o seu alvorecer, perturbada pelas revoltas e incursões monárquicas.

.....
Crises políticas, desordens financeiras, económicas e sociais, concorreram para tornar o campo propício às intervenções claras ou ocultas dos monárquicos.

Podemos então ao sr. Cunha Leal que nos falasse da obra levada a cabo pela República Portuguesa nas **no**ssas vastas províncias ultramarinas e **nos** dissesse se ali também a sua acção tem sido dificultada pelos elementos reaccionários.»

A rude epiderme política do sr. Cunha Leal, não sentiu a impertinência da pergunta, aliás plenamente justificada pela desenvoltura e liberdade das suas anteriores declarações, de modo que a entrevista continuou:

«.....
O Milagre em Angola é absolutamente de entontecer...

Cerca de 20.000 quilómetros de estradas para automóveis, surgidas quasi todas nos últimos anos, qualquer coisa como 2.500 quilómetros de caminhos de ferro, a maior parte dos quais construídos depois de 1910...

A obra em prol das populações indígenas que a República tem sabido levar a cabo é um padrão...»

Num pequeno preâmbulo à transcrição da entrevista, o «Jornal das Colónias» apelida o sr. Cunha Leal de... notável estadista.

É pena que o *notável estadista* por lapso de memória certamente, tivesse ocultado à «The African World», o nome do General Norton de Matos, a quem Angola deve a maior e melhor parte da sua rede de estradas e de telegrafia com e sem fios, e cuja obra o actual Governador do Banco de Angola tão encarniçadamente combateu.

Esqueceu ainda ao sr. Governador, mencionar todos aqueles movimentos que, justamente por não serem reaccionários, tanto *impulsionaram*, certamente, a vida financeira da República e do nosso império colonial. Confessamos lealmente que nos não recordamos de todos. Mas quem ignora o *salutar* efeito na nossa economia colonial, dos *gloriosos* movimentos de 14 de Maio, 19 de Outubro e 7 de Fevereiro?

Quem poderá esquecer *essa obra notável* da República em prol das populações indígenas, que foi o abandono das missões religiosas e a criação das *admí*ráveis missões laicas?

Embora sejamos reaccionários confessamos que o sr. Cunha Leal tem razão. Sempre os reaccionários têm impedido a reorganização financeira da República e das Colónias.

Ruy d'Almargem.

CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis

PARTOS—SIFILIS

CONSULTAS—Largo José Fontana, 12-2.º

ÀS 16 HORAS

DR. MÁRIO CARDIA

MÉDICO DOS HOSPITAIS

Doenças das senhoras. Partos. Cirurgia.

Tratamentos pelo rádio e electricidade

AVENIDA DOS ALIADOS, 41, 1.º — PORTO

TELEF. 4907

MIRA DA SILVA

MÉDICO

AV. ALMIRANTE REIS, 57-A, 1.º

LISBOA

DR. COSTA FELIX

INTERNO DE CIRURGIA DOS HOSPITAIS CIVIS

CONSULTAS

LISBOA: Rua 16 de Outubro, 33 — Tel. C. 2350

ÀS 14 H.

DAFUNDO: R. Paulo Duque

ÀS 17,30 H.

PIANOS SCHWECHTEN

Os melhores entre os melhores

REPRESENTANTES

OLAVO CRUZ, L.^{DA}

L. Trindade Coelho, 6

LISBOA

Não ha CAFÉ como o de

A Paulistana

À VENDA NO

Largo de S. Domingos, 12

e na Av. Fontes Pereira de Melo, 52--52 B
(a abrir brevemente)

AFONSO LUCAS

ADVOGADO

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º

TELEFONE C. 642

LISBOA

EXAMES EM OUTUBRO

(Admissão à Universidade)

Prepara na secção de sciencias
o conhecido professor de matematica
Reis d'Azevedo

R. DA FÉ, 12, 2.º — TELEFONE N. 3799

MARTINHO NOBRE DE MELLO

ADVOGADO

RUA DE SANTA JUSTA, 82, 2.º

Telef. N. 4952

LISBOA

A. NUNES E SILVA

ADVOGADO

TEL. C. 642

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º

LISBOA

SOUSA TAVARES, L.^{DA}

LIVRARIA CATHOLICA

Casa fundada em 1866

TELEFONE 1204 T.

220, R. AUGUSTA, 222

LISBOA

Imagens, crucifixos, souvenirs, benetiéres

—
Livros de missa

—
Medalhas, gravuras e molduras

—
Rosarios

—
Objectos para brindes

—
Reparações de todo o genero

ENCADERNAÇÕES SIMPLES E DE LUXO

Depositarior do Apostolat de La Priére

